

## TRAJETÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA EM SANTA CATARINA: UM ESTUDO DA TRANSFORMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NOS ENCONTROS ESTADUAIS DE HISTÓRIA E NA REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA (1986-2021)<sup>1</sup>

Gabriele de Paula Justen dos Santos<sup>2</sup>, Caroline Jaques Cubas<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “O escolar e o ensino de História: Sujeitos, espaços, gestos e materialidades na formação docente inicial em História”.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História – FAED – Bolsista PROBIC/UDESC.

<sup>3</sup> Orientadora, Departamento de História – FAED – caroljcubas@gmail.com.

Como as práticas e as reflexões sobre o ensino de História em Santa Catarina foram modificadas com o passar dos anos? Esse questionamento foi basilar para as pesquisas realizadas nesta pesquisa, vinculadas ao projeto “O escolar e o ensino de História: sujeitos, espaços, gestos e materialidades na formação docente inicial em História”. As fontes concentraram-se nas publicações dos Anais dos Encontros Estaduais de História (ANPUH-SC), cujo recorte temporal vai de 1986-2021, e na *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, criada em 1990. Em termos metodológicos, mapeadas e sistematizadas os artigos publicados a partir de busca digital utilizando a palavra-chave “Ensino de História”. O objetivo é mostrar como os debates e as práticas de ensino estão relacionadas com projetos e contextos socioeconômicos e políticos. Primeiramente realizamos uma contextualização, a partir de material bibliográfico, a qual permitiu acompanhar a trajetória da História como disciplina escolar no Brasil. Percebemos que no período entre 1838 e 1931, o ensino de História no Brasil concentrou-se na construção da identidade nacional por meio da educação cívica e moral, com uma abordagem eurocêntrica, buscando exaltar os heróis nacionais em prol da formação de uma nação forte rumo ao progresso. A década de 1930 no Brasil foi marcada por profundas transformações políticas, sociais e econômicas. O governo visou estabelecer um controle maior sobre a educação, promovendo ideologia nacionalista e valorizando a história do país como forma de consolidar a identidade nacional. Nesse período, o governo Vargas adotou medidas autoritárias, centralizando o poder e restringindo as liberdades políticas. A educação foi utilizada como instrumento de propaganda e controle ideológico, buscando moldar a visão dos estudantes conforme os interesses do regime. Com o fim do Estado Novo em 1945, houve um movimento de democratização no Brasil. No entanto, novas transformações no ensino de História ocorreram principalmente durante o regime militar que se instaurou em 1964, uma década após o fim do segundo governo de Vargas. Durante a ditadura militar, o ensino de História passou por significativas mudanças, com a imposição de uma visão distorcida e parcial dos acontecimentos históricos, muitas vezes enaltecendo o regime e desvalorizando a participação popular e os aspectos críticos da história brasileira. O ensino de História durante a ditadura militar foi marcado por uma forte censura e controle ideológico, com a exclusão de temas considerados “subversivos” e a promoção de uma visão conservadora e alinhada com os interesses do regime. Essa abordagem do ensino de História perdurou até o fim do regime militar em 1985. A partir de 1986, nota-se um marco democrático na produção historiográfica sobre o ensino de história. As fontes analisadas revelam que nos primeiros anos de redemocratização as discussões caminhavam para uma formalização do ensino de história como disciplina autônoma. Analisamos nesse momento inicial os anais do I Encontro Estadual de História (1986), com produções de Marcos A. da Silva, Maria P. A. Vieira e Nilse P. Osterman. Com o fim da ditadura militar e a transição para um Estado Constitucional nos anos setenta e oitenta, surgiram novas propostas em todo o Brasil, buscando adequar currículos, programas e métodos.

A abertura democrática reinstaurou os debates sobre o ensino de História e Geografia como disciplinas autônomas no ensino fundamental. Essa mudança não foi pacífica. Envolveu discussões, tensões e alimentou a emergência de novas tendências no campo historiográfico e nas práticas pedagógicas. Já as discussões mais recentes - como aquelas que puderam ser observadas nos anais do XV Encontro Estadual de História (2014) e da revista *Fronteiras* (2015) - demonstram diálogos mais metodológicos, a exemplo da temática das linguagens no ensino (tecnologias digitais, livros didáticos, etc.) e voltados à participação de diferentes agentes históricos (mulheres, afro-brasileiros, homossexuais, indígenas, etc.). As autoras Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt e Tânia Maria F. Braga Garcia mencionam que as discussões sobre o ensino nas últimas décadas questionam os próprios conceitos de aula e ensino, utilizando conceitos como cultura escolar, cultura da escola, transposição didática e mediação didática. Para além das análises das produções, foram feitas comparações com obras significativas para se pensar o ensino de História na contemporaneidade como "História & Ensino de História" (2006), de Thais Nívia de Lima e Fonseca, e "História do Tempo Presente e Ensino de História" (2014), de Lucilia de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira.

Palavras-chave: História do Ensino de História. Práticas de ensino. Historiografia de Santa Catarina